

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.862 - SP (2018/0329423-9)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA
AEROPORTUARIA - INFRAERO
ADVOGADOS : CLAUDIA LUIZA BARBOSA NEVES - SP090911
TIAGO VEGETTI MATHIELO E OUTRO(S) - SP217800
AGRAVADO : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADOS : MÁRCIO ROBERTO GOTAS MOREIRA E OUTRO(S) - SP178051
CÉSAR AUGUSTO MOREIRA - SP368106
INTERES. : CARGOLUX AIRLINES INTERNATIONAL S/A
REPR. POR : BCS BRASIL CARGO SERVICE LTDA
ADVOGADOS : JOSÉ GABRIEL LOPES PIRES ASSIS DE ALMEIDA E OUTRO(S)
- SP129102A
NATALI GOMES VANCINI - SP318066
EDUARDO DELASCIO BUFARAH - SP252250

EMENTA

CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO. CONTRATO DE SEGURO. EXTRAVIO DE MERCADORIAS. INFRAERO. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** RESPONSABILIDADE DEMONSTRADA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7º, DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

ITAÚ SEGUROS S.A promoveu contra CARGOLUX AIRLINES INTL. S.A, empresa estrangeira representada no Brasil por BSC BRASIL CARGO SERVICE LTDA e EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO, ação regressiva de ressarcimento decorrente de sinistro (avaria e extravio) de mercadorias em transporte internacional.

O juízo de primeiro grau extinguiu o feito em relação à CARGOLUX por incompetência absoluta da justiça federal e condenou a INFRAERO ao pagamento de R\$ 49.996,00 (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais), correspondente a 44 Kg de carga extraviada, bem como nas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação (e-STJ, fls. 730/738).

Recursos interpostos em face da sentença, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo da autora ITAÚ SEGUROS e proveu parcialmente o recurso da INFRAERO para reduzir a verba honorária para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO. CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA RÉ NÃO CONHECIDAS. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA FEDERAL QUANTO À RÉ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INFRAERO. NEGLIGÊNCIA. NEXO CAUSAL CONFIGURADO. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE REPROPOSITURA DA AÇÃO. INOCORRÊNCIA. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA DA ITAÚ SEGUROS S/A. DESCABIMENTO. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA DA INFRAERO. CABIMENTO. APELAÇÃO DA AUTORA DESPROVIDA. APELAÇÃO DA CORRÉ PARCIALMENTE PROVIDA.

1. Reconhecida a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar a demanda em razão da pessoa configura-se indevida a cumulação de pedidos, porquanto formulada contra dois réus distintos, pois o Juízo Federal não é competente para apreciar demandas em face de pessoas jurídicas que não integram a administração pública federal.

2. A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO é uma empresa pública federal constituída nos termos da Lei nº 5.862/72, que tem como finalidade principal a administração da infraestrutura aeroportuária, atividade de evidente interesse público, enquadrando-se, portanto, na previsão contida no artigo 37, § 6º, da CF. Assim, pode ser responsabilizada civilmente de forma objetiva, ou seja, independentemente de culpa, pelos danos causados por seus agentes, no exercício da atividade administrativa.

3. Mantida a condenação da autora nos honorários advocatícios de sucumbência, por atender aos preceitos de reparabilidade, punibilidade e desestímulo da prática de nova conduta abusiva.

4. Apelação da autora ITAU SEGURO S/A desprovida. Apelação da corré INFRAERO parcialmente provida (e-STJ, fls. 861/862).

Inconformada, INFRAERO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação do art. 647, I do CC/02 alegando, em síntese, que não foi comprovada sua culpa como depositária da mercadoria extraviada, pois a mesma estava sob a responsabilidade da receita federal.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 979/986).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A Corte estadual, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu que foi demonstrada a responsabilidade da INFRAERO. Confira-se o aresto recorrido:

Pela análise do conjunto comprobatório (fls. 24/49, 106/140, 189/204, 285/468, 507/510vº e 580/583), 295, 9, a carga com a mercadoria deu entrada no aeroporto de Viracopos, em Campinas/SP, sendo informado no sistema Siscomex/Mantra pela transportadora CARGOLUX que seu peso era 366 kg com tratamento de carga TC4 (fl. 39). No momento do seu carregamento para a INFRAERO foi constatada a divergência de volume, já que pesava somente 44 kg. A referida carga permaneceu no setor de armazenagem da INFRAERO até o momento em que foi requisitada pela fiscalização (com a presença do Auditor Fiscal da Receita Federal) para a Vistoria Aduaneira, quando se procedeu a uma nova pesagem do volume, que indicou 20 kg e, quando aberta, verificou-se a ausência das mercadorias discriminadas na fatura comercial e sinais de violação da embalagem. Não houve a efetiva tradição dos bens segurados para o transportador rodoviário contratado para retirar a carga das dependências da INFRAERO.

Torna-se evidente a responsabilidade civil da apelante INFRAERO decorrente da sua própria condição de fiel depositária das mercadorias em trânsito pela área submetida à sua administração. A referida empresa pública negligenciou no seu dever de zelar pelas mercadorias a ela confiadas, em local submetido a seu controle, atuando com culpa in vigilando e in custodiendo. A Receita Federal apenas faz o controle aduaneiro, não pode ser responsabilizada pelo ocorrido.

Com efeito, presente o nexo causal entre a conduta omissiva da corré INFRAERO e os danos causados à autora apelada, pois foram decorrentes da falha na sua prestação de serviço.

Caberia à INFRAERO comprovar por meio de documentação hábil, que as mercadorias já tinham sido extraviadas antes de chegarem no terminal de cargas, isentando-se da responsabilidade por tal ocorrência (e-STJ, fls. 857/858 - sem destaque no original).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos,

procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar a verba honorária, pois já fixada no limite legal.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator